

MARIA CRISTINA NETO*

Negros de Lisboa vistos por um anónimo quinhentista

Lisboa, tal como muitas outras cidades europeias, conhece no século de Quinhentos significativos incremento demográfico e extensão urbana. No nosso caso há circunstâncias que estimulam e tipificam esse crescimento e todas elas se articulam com o facto fundamental que é a Expansão.

O aumento da população, que duplica no espaço de um século, encontra uma importante contraprova na criação, na segunda metade do século, de doze novas paróquias e é acompanhado por crescente diversificação. Há, primeiro, o afluxo de mão-de-obra não especializada (largamente compensador da emigração que também se verificava) e, concomitantemente, o de artífices especializados que vêm satisfazer as necessidades acrescidas de uma sociedade enriquecida e pouco produtiva. Mas as possibilidades abertas pelo contacto de novas terras e, nomeadamente, as alterações implicadas nas rotas e estratégias comerciais pela chegada à Índia atraem gente da mercancia, incluindo os agentes dos poderosos mercadores e banqueiros italianos e germânicos.

O panorama humano da “cidade das muitas e desvairadas gentes” enriquece-se com a presença de não-europeus. Ao findar do século XV, Jerónimo Münzer regista essa presença (que se avolumará na centúria seguinte):

O Rei tem na corte muitos filhos dos senhores da Etiópia, que são educados nos nossos costumes e na nossa religião. Envia frequentes presentes para obter a sua amizade, de modo que os Portugueses já podem percorrer com toda a segurança muitas regiões da Etiópia continental [...]. O rei possui negros de várias cores: acobreados, pretos e anegrados, de línguas diferentes, conhecendo, porém, todos a língua portuguesa. (Vasconcelos 1932)

* Investigadora, Portugal.

O texto de Münzer refere dois grupos, quantitativamente muito diferentes e inseridos na sociedade portuguesa em modo e a nível também acentuadamente diversos. Relevante numericamente era, sem dúvida, o contingente dos escravos, cuja utilização crescia na medida do embaratecimento. Mas afirmações como a muito citada de Clenardo: “Estou em crer que em Lisboa os escravos e as escravas são mais que os portugueses livres de condição”, pecam por descompassadamente exageradas. Mesmo as tentativas de quantificação (Cristóvão Rodrigues de Oliveira para meados de Quinhentos, Van Linschoten para o último quartel) apontando para a dezena de milhares poderão avolumar a realidade. De qualquer modo, a presença de escravos (mourous, negros, orientais) é significativa e evidente.

Dos elos que articulam a centralização do poder real com a Expansão poderá afirmar-se serem de algum modo idênticos aos existentes entre esta e o crescimento urbano. Realidade com fortes raízes nos séculos transactos, reforço acentuado no século XV e sintonia com o que se passava na restante Europa, a centralização do poder tem na Expansão um muito ponderável agente catalítico que, a um tempo, a implica e possibilita ou, ao menos, agiliza e fornece os meios para essa aceleração.

Quer o facto, nem só político, que é a centralização, quer o bem mais facetado facto que é a Expansão se conjugam na criação ou complexificação de serviços. A marca deste fenómeno na realidade urbana é incontornável: os novos serviços levam à construção de edifícios onde funcionem; as oportunidades abertas pela Expansão, quer na administração central, quer nos territórios ultramarinos, a uma nobreza cujo poder e cujos recursos declinam, uma nobreza cada vez mais palaciana e necessitada de gravitar em torno de um poder outorgador de benesses, levam a uma maior preocupação em fazer erguer na corte residências permanentes e condignas.

Cresce, portanto, a cidade em número de habitantes e em extensão. Mas, além disso, valoriza-se e organiza-se. O facto mais significativo dessa valorização e dessa reorganização é, concomitantemente, o levantamento de um paço na ribeira da cidade e o alastramento do terreiro desse mesmo paço. Tal facto tem um valor simbólico: é a descida do alcácer do rei-cavaleiro para o palácio-feitoria do rei-mercador. Mas interessa sobretudo considerá-lo como inserido em tendência mais que secular e atentar nos modos como veio condicionar a vida da cidade.

Com a construção da Rua Nova e de tercenas e estaleiros, o centro comercial de Lisboa começou a desviar-se para a zona ribeirinha da Baixa; os pólos de vida religiosa e actividade cultural (pese embora a relevância da Sé e da Universidade, situadas na colina original) disseminam-se, com a criação de novas casas religiosas, sobretudo os grandes conventos mendicantes e, no século XVI, o Colégio de S.^{to} Antão.

Com a construção do Paço da Ribeira, o velho centro político da cidade perde importância e vê acentuado o seu declínio. Construído o paço, fica o aterro que se lhe situava a oriente constituindo o Terreiro do Paço, local de convívio e passeio, de ócio e negócio, de espectáculo, de festa. Novo pólo de vida cidadina vai sê-lo também porque,

constelados nas imediações do paço, vão erguer-se os edifícios que abrigavam serviços ligados ao abastecimento da cidade e ao desempenho do seu papel de “maior nó de relações marítimas do mundo” (Brito 1976).

Mas a atracção exercida pela zona ribeirinha e a instalação nela de serviços públicos ligados às actividades marítimas traduzem-se também na proliferação de instalações relevantes mas mais modestas:

[...] toda a faixa marginal, entre Cata-Que-Farás e as Portas da Cruz, foi ocupada por outras edificações de menor evidência que, directa ou indirectamente, serviam ou eram servidas pelas armadas, entre as quais distinguiremos: as Taracenas de Cata-Que-Farás, um conjunto de Curtumes com seus tanques e armazéns, situados entre o Chafariz de Dentro e o Chafariz d’El-Rei que aproveitavam as águas quentes das Alcaçarias para a lavagem das peles; um conjunto de Fornos de Cozer Biscoitos, necessário ao abastecimento das naus, junto da Fundação de Artilharia e próximo das Portas da Cruz; tanques para lavagem de pelames e de lã; carniçarias para a carnagem das armadas, junto das antigas Portas da Ribeira; vários chafarizes, alguns já antigos, como o Chafariz d’El-Rei e o Chafariz dos Cavalos, outros, como o Chafariz dos Paus e o Chafariz da Praia, construídos agora para facilitar as aguadas das Naus; tanques para a lavagem de roupa, junto do Chafariz dos Cavalos; Casa da Estopa, a Cata-Que-Farás, onde tecedeiras preparavam as linhagens grosseiras às embarcações, etc. A estas instalações da margem direita do rio, correspondiam outras tantas, na margem esquerda, moinhos de maré, fornos de cozer biscoito, olarias e carvoarias, etc., que transformaram a cintura do Mar da Palha no centro laboral de apoio às armadas mais importantes do País. (Moita 1983)

Todo este incremento de actividade é reforçado por duas circunstâncias ponderáveis. É uma delas a intensificação da actividade comercial devida à proximidade do Paço e à circulação das gentes ligadas às fainas do porto: no comércio de luxo as lojas do Pátio da Capela vão rivalizar com as da Rua Nova; o Rossio deixa de ser o principal mercado de comestíveis da cidade, nessa primazia substituído pela Ribeira. Outra é a construção, ao longo da margem, demolindo a muralha ou incorporando-a, de residências aristocráticas, dos Condes de Linhares, dos senhores de Belas, dos Condes de Portalegre e, destacando-se pelo seu exotismo, a Casa dos Bicos, feita construir pelo filho de Afonso de Albuquerque. Para ocidente do Paço da Ribeira destacava-se o Palácio Corte-Real, no monte de São Francisco o dos Duques de Bragança, à Esperança o dos Almadás, provedores da Casa da Índia, e o dos Duques de Aveiro.

A cidade espalha-se ao longo da sua fachada ribeirinha, polarizada no seu crescimento por residências régias (os Paços de Santos e de Xabregas) e por instituições religiosas patrocinadas pela família real (os Conventos dos Jerónimos e da Madre de Deus). Mas não só.

Para o lado da terra a principal expansão será, no século XVI, a de uma urbanização planeada (Vila Nova de Andrada), correspondente ao Bairro Alto, além de desenvolvimentos lineares ao longo das principais vias de acesso ao Centro: Caminho da Penha de França – Graça, eixo Arroios – Anjos – Mouraria, caminho que da Porta de Santana seguia para a Cruz do Tabuado e para Albalade, eixo das Portas de Santo Antão a São Sebastião da Pedreira, caminho que de São Roque seguia para Campolide. (Gaspar s/d)

Ponderável é também o adensamento na utilização de zonas já urbanizadas.

Lisboa cresce em habitantes e avança por antigos arrabaldes, enobrece-se, tanto quanto possível, com belas edificações, aumenta de importância no contexto nacional como no internacional, é sede de um poder progressivamente centralizado e exercido por monarcas cada vez mais sedentários. Facetas dessa transformação ficaram apontadas. Outras abordagens seriam possíveis. Privilegiam-se, ainda que quase só enunciando-as, a da cidade como cenário do Poder, a dos textos que sobre ela se produzem e a da sua iconografia; são, aliás, aspectos autonomizáveis mas integrantes de uma realidade mais abrangente, a construção da imagem da capital do Império português (Pereira 1983). O Poder faz de Lisboa o local de encenação dos rituais com que se sagra, para isso transformando em verdadeiras operações mediáticas baptismos, casamentos e funerais, as cerimónias da quebra dos escudos, as aclamações e as entradas régias; também de algum modo se apossa de teatralizadas manifestações de religiosidade, nomeadamente da Procissão do Corpo de Deus. O prestígio alcançado por Lisboa e a sua remodelação originam obras de descoberta e louvor da urbe. Uma literatura de declarados intuitos panegíricos começa por se manifestar em textos que revelam a emergência de uma mentalidade quantitativista, os de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1987) e de João Brandão (1990). Mas obra paradigmática é, sem dúvida, a de Damião de Góis.

Paralelamente, verifica-se o enriquecimento da iconografia da cidade. Ponderemos, com Renata de Araújo (1990), que “entre os grandes Descobrimientos figura o da própria cidade, descoberta e mostrada para o mundo”, e é certamente significativo que seja a sua representação que abre a 1.^a edição da obra *Civitates orbis terrarum*, de Bráunio (Braun 1572). É a mais interessante e informativa das *vistas* quinhentistas de Lisboa. Também no século XVI, surge uma outra categoria de representação iconográfica em que “a vida já não é o palco que se dá a ver, a partir da orquestração das actividades do rio, mas um corpo penetrável que exhibe, pela parte de dentro, toda a riqueza anteriormente apenas imaginável” (Silva 1994).

Diz ainda a mesma autora que esta categoria era “constituída pelas iluminuras do *Livro das Horas de D. Manuel*, folhas 129V e 130 (MNAA) referentes às cerimónias do enterro daquele rei”, nas quais estão representadas, respectivamente, a Galeria das Damas do Palácio Real e a Rua Nova dos Mercadores; era-o, de facto, à data da escrita, mas, poucos anos volvidos, a iconografia da cidade conheceu um primeiro e notável enriquecimento.

Um artista interessado em retratar a vida da urbe obviamente seria atraído por aqueles locais em que ela pulsava com máxima intensidade – a Ribeira e, talhado nela, o Terreiro do Paço, a Rua Nova, o Rocio. Estava a findar o século XVI quando um pintor hoje não identificado escolheu como tema um dos mais importantes equipamentos da cidade, o Chafariz d’El-Rei, situado numa dessas zonas de actividade intensa, a Ribeira (fig. 1); e passaram-se quatro séculos sem, ao longo deles, emergir notícia da sua obra.



1 Chafariz d'El Rei. Pintura sobre tábuas, datada do final do século XVI. Coleção Berardo.

Domínio público. Fonte: WikiCommons.

Url: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chafariz_d%E2%80%99El-Rey,_c._1570-80_\(Colec%C3%A7%C3%A3o_Berardo\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chafariz_d%E2%80%99El-Rey,_c._1570-80_(Colec%C3%A7%C3%A3o_Berardo).png).

O principal chafariz de Lisboa, importante pela localização e pela própria monumentalidade, estava representado no desenho “Panorâmica de Lisboa” da Universidade de Leiden, sendo esta a mais antiga representação que dele se conhece. Mas, não obstante a indelével qualidade desta panorâmica, que contraste entre a imagem que nos dá do Chafariz d'El-Rey e a que Vítor Serrão revelou em 1999 e que nesse mesmo ano foi exposta ao público. Pertencia a pintura a um antiquário madrileno, sendo:

[...] um esplêndido testemunho da vida social lisboeta de Quinhentos que urge dar a conhecer aos estudiosos. Ainda que de factura assaz ingénuas, esta peça, ainda inédita para a comunidade científica e investigadores olisiponenses, constitui um precioso testemunho artístico da vida quotidiana na capital portuguesa em tempo da dominação dos Filipes, época da qual não abundam de resto muitos documentos plásticos congêneres, não existindo, provavelmente, nenhum outro com este grau de fidelidade à vivência popular na cidade. (Serrão 2003, 70)

Sublinha Vítor Serrão a ironia e a mordacidade sociais presentes na pintura e o modo como nela se retrata a multirracionalidade de Lisboa. O historiador data-a de finais de Quinhentos (teria sido encomendada pelo Município em 1598) e atribui-a a pintor oriundo do Norte da Europa. O mesmo autor analisa mais detidamente esta “verdadeira crónica de costumes da Lisboa dos Filipes” (2003, 75) em “A imagem do mar e da Capital do Império no século XVI” (Serrão 1999). No mesmo ano em que este estudo foi editado, a pintura foi pela primeira vez exposta publicamente, com grande destaque, na

exposição *Os Negros em Portugal – Séculos XV a XIX* (comissariada por Didier Lahon e Maria Cristina Neto), realizada nos Jerónimos entre Setembro de 1999 e Janeiro de 2000, estando reproduzida no respectivo Catálogo (Lahon e Neto 1999). Neste, Baptista Pereira defende, fundamentadamente, a autenticidade material do painel (contra a hipótese de que se trataria de um “falso”), recua a sua feitura para “cerca da década de 1570-80” e sublinha o quão “exótica” apareceria a sociedade portuguesa aos olhos de um artista flamengo (Lahon e Neto 1999).

Passados pouco mais de dez anos, em 2011, ficámos a saber, com entusiasmo que não hesitamos em qualificar de deslumbrado, que um artista flamengo (o mesmo, com extrema probabilidade) tinha também pintado a que foi, durante mais de quinhentos anos, a principal artéria lisbonense – a Rua Nova (fig. 2).

Começava ela, a ocidente, no prolongamento da Rua da Calcetaria, logo que à esquerda se deixava a embocadura da dos Ourives do Ouro; desembocava, a oriente, no Largo do Pelourinho Velho. Num termo de 27 de Setembro de 1596 transcrito por Freire de Oliveira, localiza-se-lhe o início “ao pellourinho velho” e o “cabo della defromte da moeda” (1885) (que era já na Calcetaria). Dito de outro modo, em cotejo com a actual toponímia: “tinha a sua extremidade oriental onde hoje se cruzam as ruas do Comércio e dos Fanqueiros e a ocidental onde vemos encontrarem-se as ruas do Ouro e de S. Julião” (Castilho 1956, 119). O seu comprimento excedia folgadoamente duzentos metros e a sua variável largura, causa de embevecido espanto, era inferior à das nossas actuais ruas do Comércio ou Augusta.

A Rua Nova, a par desta sua habitual e secular denominação, conheceu também as de Rua Nova dos Mercadores e Rua Nova dos Ferros, que se aplicaram à totalidade ou só a troços dela; por finais do século XVI, a designação Rua Nova dos Mercadores cai em desuso e, até 1755, Rua Nova e Rua Nova dos Ferros são topónimos usados indiferentemente.

Os ferros existentes na sua parte oriental, originadores do topónimo, eram “umas grades de ferro, dispostas longitudinalmente pelo meio da rua, para isolar do povo miúdo os altos negociantes e financeiros” (di-lo Vieira da Silva, que recusa a explicação avançada por Freire de Oliveira de ser a denominação devida à proximidade das ferrarias) (Silva 1987; Oliveira 1885).



2 Rua Nova dos Mercadores. Pintura a óleo sobre tábua, datada do final do século XVI. Society of Antiquaries of London, Kelmscott Manor.

Domínio público. Fonte: WikiCommons.

Url: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rua_Nova_dos_Mercadores_\(1\)_-_Society_of_Antiquaries_of_London,_Kelmscott_Manor.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rua_Nova_dos_Mercadores_(1)_-_Society_of_Antiquaries_of_London,_Kelmscott_Manor.png)

“Estranho Passeio Público do século XVI” lhe chama Norberto de Araújo, tal como outros autores, tomando em conta diferentes aspectos do polifacético arruamento, o compararam ao Chiado ou à Rua dos Capelistas. E ainda deixaram esquecida a face mais solene, mais institucional, que a Rua Nova também por vezes revestiu, pois por ela passavam as grandes procissões, como a do *Corpus Christi* e a do Mandato, as entradas e saídas da corte, bem como os cortejos dos casamentos, baptizados e enterros das pessoas reais e aqueles com que foram homenageados os heróis da gesta ultramarina Duarte Pacheco Pereira e Vasco da Gama.

Ao registo de uma cerimónia fúnebre, a quebra dos escudos por ocasião da morte de D. Manuel, devemos, até hoje, a melhor imagem da Rua Nova. Todavia, segundo Matos Sequeira (1923):

Perante a obra do iluminador fica-se com uma ideia muito errada do que foi a rua Nova de Ferros. Falta-lhe verdade, falta-lhe carácter, falta-lhe até o ar português da indisciplina da construção, do movimento, da mistura arquitectónica dos ressaltos e dos sobrados, dos arcos, dos passadiços e das empenas de bico.

Cremos que há alguma (só alguma) injustiça nas palavras do grande olisipógrafo, pois a iluminura é convencional e alheia a grandes preocupações de realismo; o que nela interessa é a cerimónia e não o local em que se desenrolara. A reconstituição devida a Roque Gameiro dá-nos uma imagem um tanto mais viva e movimentada; mas, claro, não passa de uma reconstituição.

Se Matos Sequeira fora vivo muito se teria alegrado com a leitura do Suplemento do *JL* de 12 de Janeiro de 2011, em que se dá notícia da exposição inaugurada em Novembro do ano anterior e que estaria patente até 13 de Março de 2011 no Museu Rietberg, em Zurique. Nela se mostravam duas telas, “encontradas numa casa senhorial inglesa”, retratando a Rua Nova dos Mercadores. As telas são muito presumivelmente devidas ao mesmo anónimo flamengo que pintou o Chafariz d’El-Rei.

Aspecto a considerar em todas elas é que permitem antecipar para o século XVI a existência de pinturas que são, nas palavras de Raquel Henriques da Silva, “representações genéricas com signos de quotidiano e de uma recente atenção aos costumes e especificidades dos grupos sociais” (Silva 1994), pinturas cuja presença entre nós, até agora, só se assinalava já entrado o século XVII.

Na representação da Rua Nova o artista escolheu o lado meridional dela, o mais regular, porque adossado ao muro de D. Dinis, bem como o seu extremo oriental, aquele onde a rua tinha não só a sua maior largura como também os ferros que lhe deram nome; e se a Rua Nova era o *omphalus* de Lisboa, a zona delimitada pelos ferros era-o em relação à Rua Nova.

A figura 2 mostra o extremo oriental da rua, onde se situava a Casa dos Pesos do Concelho e que tornejava para o Largo do Pelourinho Velho; depois deste, abrindo para o Terreiro do Paço e, claro, fora da vista do pintor, situavam-se as Portas da Ribeira (que não foram demolidas, como consta do catálogo da exposição de Zurique, em 1580, quando Filipe II se tornou rei de Portugal, mas em 1619, quando Filipe III visitou Lisboa). A figura seguinte (fig. 3) representa a zona mais a ocidente, vendo-se, depois da abertura para o Arco dos Barretes, o início do espaço delimitado pelos ferros e destinado aos negociantes; a outra abertura corresponde ao Arco dos Pregos. Estes arcos conduziam à Rua de Ver-o-Peso (depois Rua da Ferraria), artéria que ocupava o espaço compreendido entre as muralhas dionísia e fernandina.

Em ambas as pinturas (ou fragmentos de uma pintura de maiores dimensões) temos uma representação plena de vida e com um ou outro pormenor pitoresco. Além das afamadas lojas, há venda ambulante e comércio precariamente sedentário; entabulam-se negócios dentro e fora dos ferros, certamente de maior tomo os primeiros; passeiam-se homens cingindo espada e outros de longas e austeras vestes; e temos, claro, atarefada gente popular.



3 Rua Nova dos Mercadores. Pintura a óleo sobre tábua, datada do final do século XVI. Society of Antiquaries of London, Kelmscott Manor.

Domínio público. Fonte: WikiCommons.

Url: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rua_Nova_dos_Mercadores_\(2\)_-_Society_of_Antiquaries_of_London,_Kelmscott_Manor.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rua_Nova_dos_Mercadores_(2)_-_Society_of_Antiquaries_of_London,_Kelmscott_Manor.png)

No espaço coberto criado pela colunata situam-se lojas e sobrelojas; por cima delas erguem-se vários sobrados com janelas (raras de sacada), algumas com roupa estendida ou a que assomam vultos femininos. Estão representados os bancos para descanso dos negociantes, e isto poderia levar-nos a reponderar os limites entre os quais o catálogo situa a feitura destas pinturas, entre 1570 e 1590, caso fosse inequívoca a determinação municipal de 1610 que se lhes refere¹.

Quer os quadros que representam a Rua Nova, quer o que representa o Chafariz d’El-Rei dão-nos destes fulcrais espaços urbanos imagens palpitantes de vida. O que neste artigo pretendemos destacar é o modo como neles o seu autor documenta (ou até, admitimo-lo, sublinha) a presença de indivíduos de origem ou ascendência africana; e pretendemos, sobretudo, contribuir para o conhecimento destes preciosos documentos iconográficos.

Como acima ficou dito e é sabido, abundavam em Lisboa africanos ou descendentes de africanos, que podem considerar-se divididos em dois grupos, quantitativamente muito diferentes e inseridos na sociedade portuguesa de modo e a nível também claramente diversificados.

No primeiro grupo incluíam-se “membros das elites políticas” de “alguns estados africanos e asiáticos” que a coroa portuguesa atraía a fim de estudarem e contactarem “com os costumes portugueses – de modo a poderem constituir-se em agentes do

1 Para um maior aprofundamento do tema consultar: Oliveira 1885; Sequeira 1923; Castelo-Branco 1969.

expansionismo cultural, religioso e político lusitanos”, sobretudo visando a constituição de um clero indígena. Jorge Fonseca faculta diversos “exemplos de ascensão fulgurante de pessoas de cor, nomeadamente de negros”, de modo geral crioulos já completamente aculturados (Fonseca 2010, 415, 416, 432, 434). Acrescentaremos um caso exemplar de elevado *status*, o de D. Simoa Godinho, riquíssima são-tomense, que em meados do século veio para Lisboa e aqui morreu em 1594; possuía avultados bens e foi casada com D. Luís de Almeida e Vasconcelos. Fez da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sua herdeira universal e na igreja da mesma instituiu capela dedicada ao Espírito Santo, que outra não é que a capela-mor da actual igreja da Conceição Velha.

O outro segmento populacional situava-se maioritariamente nas camadas mais modestas da sociedade. João Brandão de Buarcos (1990) (embora sem especificações de estatuto – livres, libertos ou escravos) informa largamente das actividades a que esta população (sobretudo a feminina) geralmente se dedicava. Na cidade e arrabaldes haveria 1500 “ensaboadeiras”, um milhar de negras dedicava-se à limpeza da cidade e outras tantas ao carregue e venda de água. Várias centenas ainda eram vendedeiras de géneros alimentícios – azeite e mariscos, aletria e ameixas, favas e arroz cozido (a estas providenciais vendedeiras que sulcavam a Ribeira “com panelas grandes cheias de arroz e cuscus e chicharo” recorriam os “moços que andam a ganhar, assim brancos como negros”, que deste modo “fazem seus almoços e quentam suas barrigas”. Em redor dos açougues da carne e do pescado gravitavam “moços que andam à seirinha”, desempenhando tarefa requisitada e exercida ainda no século XX. Havia ainda as trapeiras e aqueles, homens e mulheres, que se dedicavam à caiação de casas; e certamente que, entre os milhares de “mulheres solteiras” que se dedicavam à dita mais velha profissão do mundo, muitas mulheres de cor se contariam. Quanto aos homens, muitos eram os que se dedicavam à navegação no rio e à descarga dos produtos que por via fluvial afluíam à cidade².

É esta gente humilde, executando mesteres socialmente pouco prezados, que sobretudo vemos representada nos quadros do anónimo quinhentista.

A Ribeira e, particularmente, a zona que posteriormente se chamou Ribeira Velha, fervilhava de gente que trabalhava nas fainas do rio e no comércio de víveres, que procurava alimento nas bodegas do Mal Cozinhado e das numerosas “famílias” das residências aristocráticas que por ali se foram construindo. Por aqui se adensava a população negra, realidade que o quadro representa fielmente.

Perto do cais temos uma embarcação em que dois negros estão ao serviço de um casal enamorado, um remando e outro tocando pandeireta; a presença assinalável de negros no campo do entretenimento está lembrada ainda por uma figura que se destaca procurando, quase completamente em vão, atrair as atenções.

2 Magalhães Godinho faculta, para um curto período de meados do século, a quantificação dos “escravos que andavam na bargagem do Tejo” e destaca que a maior parte deles era constituída por negros de ganho (Godinho 1965).

Representantes dos estratos mais elevados deste segmento populacional encontram-se entre o cais e o recinto do chafariz: um cavaleiro luxuosamente trajado, com a insígnia de Santiago no manto e montando um cavalo bem ajaezado, e, à sua frente, dois homens de espada. Mais três negros se encontram neste espaço, dois parecendo acompanhar cavaleiros.

Fora do recinto do chafariz temos, do lado direito do observador, mulheres com recipientes à cabeça, um homem transportando um fardo ao ombro, outro homem ou moço parecendo entregar um recipiente a alguém numa janela. Do lado esquerdo, além de um bêbado levado pelas autoridades, de uma vendedeira que expõe a sua mercadoria, de um jovem que se alivia, sem grande recato, no espaço público, dos que se encaminham para o chafariz transportando vasilhas vazias (sendo um deles um escravo acorrentado), temos mulheres carregando recipientes (presumivelmente com água), um jovem de tronco nu e três mulheres carregando canastras, dentro das quais recipientes sobre cujo conteúdo nos interrogamos (a admissão de que se tratava de dejectos caseiros é contrariada pela dimensão das canastras, não suficientemente altas, e pelo facto de uma das mulheres estar parada, em amena cavaqueira com um branco bem trajado, em vez de seguir “seu caminho direito”) (Fonseca 2010, 275).

Dentro dos muros delimitadores do recinto do chafariz assiste-se a um dos conflitos frequentes no local, envolvendo recipientes partidos e agressão de uma branca por uma negra, ocorrendo pacificadamente (?) um negro.

Quanto à zona das bicas, o que se esperava, ou talvez não. Em primeiro lugar, ainda que a concorrência se possa considerar numerosa, não permite entrever que ela fosse tal que “servos e criados [...] até pela noite adiante ali estão em carreira esperando a sua vez”, conforme a afirmação de Duarte de Sande (2009); em segundo, as negras que “andam ao pote, a carretar água do chafariz de V. Alteza”, lá se encontram completamente misturadas com brancas; ainda que estas pudessem ser mouriscas, não se encontra qualquer indício das sucessivas determinações quanto ao uso das bicas, estabelecidas em conformidade com o estatuto e a cor dos utentes. Atribuiremos este facto a alguma desatenção do artista ou considerá-lo-emos ponderável para a datação do quadro?

Se, no quadro do Chafariz d’El Rei, Jorge Fonseca apurou que “os negros constituem 48% das 116 pessoas representadas na pintura que é possível classificar”, essa percentagem baixa drasticamente para pouco mais de 11% nos quadros que retratam a Rua Nova. Essa diferença é perfeitamente normal entre um local onde os negros exerciam uma grande actividade e um arruamento caracterizado pelo predomínio de actividades bancárias e comércio de luxo; admitimos mesmo que a aproximada percentagem que avançamos exceda a realidade e se deva a uma presumível tendência do artista em acenar o exotismo da paisagem humana.

Embora, muito presumivelmente, aqui não abundasse esta população, evidentemente que por aqui circularia. É admissível que a proximidade da ferraria para tal contribuisse; já em 1494, Münzer, “ao visitar a Ferraria, com os seus numerosos fornos,

onde se fabricavam âncoras e peças de artilharia, entre outras cousas, admira-se com a multidão de trabalhadores negros que vê junto dos fornos” (Godinho 1965, 579). Mas não parece daí provirem os que estão representados.

Encontramos na figura 2 um negro montado num burro, o qual carrega ainda sei-rão com melões (?), um possível marroquino, dois negritos (?) brincando com um gato, uma negra transportando um recipiente (com arroz?), um negro com uma vasilha (que admitiríamos cheia de água do Chafariz d’El-Rei se ele caminhasse em sentido contrário) e uma negra com um vaso sobre cujo conteúdo não aventuramos hipóteses; outra figura (ou duas?) mal se vislumbra atrás das colunas. A qualquer tipo de venda se dedicaria a mulher negra que se encontra sob o arco.

Na figura 3 temos, da esquerda para a direita, dois homens conversando, uma mulher levando uma trouxa à cabeça, talvez um homem cingindo uma espada e no espaço delimitado pelas colunas o que poderá ser uma negra calhandreira (e outra no extremo direito do quadro); em primeiro plano admitimos que se veja um casal trajando burguesmente, uma negra que transporta um recipiente à cabeça e um negro, às costas, o que parece ser outro, vazio; dois negros ainda carregam uma tumba.

Em ambos os quadros, sem surpresas, uma maioria de gente exercitando tarefas modestas e, pontualmente, alguns exemplos de ascensão social.

Admite-se que o autor destes quadros e quem lhos encomendou se interessassem também por outras zonas (Terreiro do Paço, Rocio, algumas das movimentadas portas cidadinas...); formulam-se votos de que assim tenha sido e que essas obras venham um dia a enriquecer a iconografia da cidade e o conhecimento dos seus habitantes. Nem que seja daqui a outros quatrocentos anos.

Bibliografia

- ARAÚJO, Renata. 1990. *Lisboa: a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BRANCO, Fernando Castelo. 1969. *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1969.
- BRANDÃO, João. 1990. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BRAUN, Georg. 1572. *Civitates orbis terrarum*, gravuras de Franz Hogenberg, vol. 1. Cologne.
- BRITO, Raquel Sociro de. 1976. “Lisboa-Esboço Geográfico”. *Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa* III série 82.
- BUARCOS, João Brandão de. 1990. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CASTILHO, Júlio de. 1956. *A Ribeira de Lisboa*, vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- FONSECA, Jorge. 2010. *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri.
- GASPAR, Jorge. s/d. “O sítio: Ocupação e organização do território”. Consultado em 1/7/2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sv-37.htm>.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1965. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 2. Lisboa: Arcádia.
- LAHON, Didier, e Maria Cristina Neto (eds.). 1999. *Catálogo da Exposição Os Negros em Portugal – Sécs. XV a XIX*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- MOITA, Irisalva. 1983. *Lisboa quinhentista: a imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Direcção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de. 1987. *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de. 1885. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- PEREIRA, Fernando António Baptista. 1983. “Atitudes e mentalidades.” In *Catálogo da Exposição Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SANDE, Duarte de. 2009. Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana [1584], 2 vols.. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos. 1923. *Tempo Passado: Crónicas Alfacinhas*. Lisboa: Portugalia Editora.
- SERRÃO, Vítor. 1999. “A imagem do mar e da capital do Império no século XVI: um novo testemunho iconográfico da Lisboa das Descobertas”. In *As Rotas Oceânicas (Séculos XV-XVII)*, 171-187. Lisboa: Colibri.
- SERRÃO, Vítor. 2003. “O Chafariz d’El-Rei da Ribeira Velha, em Lisboa, numa valiosa pintura do fim do século XVI”. In *As Rotas Oceânicas (séculos XV-XVII); quartas Jornadas de História Ibero-Americana*, ed. Maria da Graça A. Mateus Ventura, 69-76. Lisboa: Edições Colibri.
- SILVA, Augusto Vieira da. 1987. *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Raquel Henriques da. 1994 “Iconografia de Lisboa”. In *Dicionário da História de Lisboa*, ed. Francisco Santana e Eduardo Sucena. Sacavém: Carlos Quintas & Associados.
- VASCONCELOS, Basílio de (ed.). 1932. *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*. Coimbra: Imprensa da Universidade.